

# REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

## GENDER REPRESENTATIONS IN SCHOOL BOOKS ON THE HISTORY OF ELEMENTARY EDUCATION

*Luiz Eduardo Nascimento dos Santos*

### RESUMO

Este ensaio tem como tema a análise das representações de gênero nos livros didáticos de história do ensino fundamental e quais as consequências pedagógicas que tais representações podem perpetuar na sociedade. Diante disso, surgiu o problema de como se trabalhar com o educando essas representações de modo que esses padrões deixem de ser transmitidos durante as gerações. Com o objetivo geral de analisar como são descritas essas relações. Metodologicamente é uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e descritiva, com procedimento de levantamento bibliográfico e documental. Concluiu-se que os livros didáticos enquanto tecnologias de gênero, quando não trabalhados em sala de aula com uma pedagogia inclusiva, podem perpetuar através do educando padrões de representação quase sempre opressivos e preconceituosos.

**Palavras-chave:** representações de gênero. livros didáticos. história.

### ABSTRACT

*This essay has as its theme the analysis of gender representations in elementary school history textbooks and what are the pedagogical consequences that such representations can perpetuate in society. Given this, the problem arose of how to work with the student of these representations so that these patterns are no longer transmitted over generations. With the general objective of analyzing how these relationships are described. Methodologically, it is a basic research, with a qualitative and descriptive approach, with a bibliographic and documentary survey procedure. It was concluded that textbooks as gender technologies, when not worked in the classroom with an inclusive pedagogy, can perpetuate through educating patterns of representation that are almost always oppressive and prejudiced.*

**Keywords:** gender representations. Didactic books. story.

### INTRODUÇÃO

Trabalhar a diversidade e o respeito às diferenças constituem fundamentos básicos de documentos que norteiam a educação brasileira como a LDBN, PCNs e a BNCC. Um dos principais instrumentos educacionais utilizados pelas escolas a fim de

alcançar esses objetivos são os livros didáticos. Como uma tecnologia de gênero<sup>1</sup> gratuita e acessível, os livros didáticos de história têm a capacidade de transmitir valores e conceitos para o educando, que podem construir ou desconstruir representações de vários aspectos da realidade a sua volta. Os livros didáticos

enquanto elementos curriculares de orientação e difusão de conhecimentos históricos [...] produzem e difundem representações que, atravessadas e marcadas por relações de poder, são capazes de moldar e orientar nossas maneiras de compreender, falar e se posicionar perante certos acontecimentos, sujeitos, culturas, comportamentos, instituições e relacionamentos sociais (OLIVEIRA, 2019a. p 2).

Segundo Hall (2016), **representações** são processos construídos através de signos da linguagem a fim de dar sentidos a pessoas, objetos e acontecimentos diversos, sejam eles reais ou não, através de conceitos, imagens, ideais, esquemas, categorizando, rotulando e estereotipando. Elas nunca serão neutras ou imparciais, pois entende-se que são variadas e múltiplas de acordo com determinadas sociedades, culturas, tempo histórico, região geográfica, etc. logo, passíveis de mudanças, nunca fixas e hegemônicas e impregnadas de preconceitos e subjetividades. Representações de gênero então são conceitos socio culturalmente construídos, interpretados e assimilados pela sociedade.

A difusão dessas representações através de meios midiáticos como cinema, televisão, jornais etc. aliados a narrativas históricas que silenciam, negam e marginalizam certos grupos que não são problematizadas e desconstruídas, têm o poder de fixar na memória social coletiva e individual padrões sexistas, machistas, racistas, xenófobos, homofóbicos etc. enraizando e estruturando no educando a normalidade desses padrões de representação. É nesse contexto que surge a importância da escola, que juntamente com práticas pedagógicas inclusivas e libertadoras será capaz de transformar a realidade e não mais difundir práticas segregadoras. diante disso, como trabalhar no educando essas representações de modo que esses padrões de representações deixem de serem perpetuados?

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como tais relações entre homens e mulheres são descritas nos livros didáticos. Constituem objetivos específicos deste ensaio discutir como esses padrões e narrativas construídas perpetuam relações de poder na sociedade. Além disso, defender a importância da escola e do professor nesse processo de problematização e desconstrução, expondo a importância de criar no aluno um senso crítico e autônomo para questionar e transformar essa realidade,

---

<sup>1</sup> Segundo a historiadora e filósofa Teresa de Lauretis (1994), **tecnologias de gênero** são instrumentos de representações que promovem, reproduzem e reafirmam padrões de gênero na sociedade. Para Lauretis, **gênero** é um sistema de representação socio culturalmente construído através de diferentes discursos e práticas cotidianas que categorizam as relações de sujeitos dentro de um grupo ou classe social, regulando e hierarquizando essas relações. Essa construção se deu nos tempos passados e se dá até hoje através de mídias de massa (cinema, jornais, livros, rádio, propaganda, televisão, etc.), instituições (igreja, família, escola, tribunais, academia e comunidades intelectuais, etc.) e em teorias e movimentos artísticos e ideológicos (o próprio movimento feminista, por exemplo).

bem como propor possibilidades de narrativas históricas, novas visões, caminhos e discursos.

Metodologicamente, esta é uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e descritiva, com procedimento de levantamento bibliográfico e documental. Serão expostas análises de alguns livros didáticos de História, com base principalmente em fontes secundárias como artigos acadêmicos e livros sobre o tema, em especial o trabalho da historiadora Susane Rodrigues de Oliveira, professora pela Universidade de Brasília, que pesquisa e produz amplo material acerca do tema.

Nesse sentido, esta pesquisa justifica-se ao apresentar a importância do protagonismo da escola e do professor de história, usando como instrumento os livros didáticos, de construir no educando uma formação cidadã crítica e autônoma, transformadora da realidade social. É de relevância tanto social como acadêmica, pois a discussão tratada nesse ensaio visa trazer novas propostas didáticas, logo, propor ao professor caminhos para que replicado em sala de aula, os alunos possam perpetuar novas narrativas, visões e valores.

Este ensaio estará organizado primeiramente em trazer conceitos acerca de gênero e representações, com breve levantamento documental acerca da educação brasileira, trazendo trechos de livros didáticos que descrevem como as relações entre homens e mulheres se deram através dos períodos históricos. Na segunda seção, trazer propostas didáticas de novas narrativas e visões acerca destas determinadas representações e quais as principais consequências pedagógicas que a seletividade intencional dessas narrativas pode trazer ao educando e a sua realidade social.

### **Representações de gênero e os livros didáticos**

As representações de gênero estiveram e ainda estão presentes nas diversas relações pessoais e interpessoais da sociedade contemporânea. Através dos conceitos apresentados anteriormente de autores como o sociólogo Stuart Hall (2016) e da historiadora Teresa de Lauretis (1994), entendemos que **representações de gênero** são sentidos que indivíduos de uma certa sociedade, inserida em um tempo histórico e contexto cultural específico, constroem e transmitem em relação a papéis sociais do homem e da mulher. Ao tratar da historicidade da mulher, entende-se a importância de resgatar narrativas e memórias sociais, chamando a atenção para pedagogias libertadoras para construir a igualdade de gênero, possibilitando a problematização e desconstrução de valores e crenças que sustentam esses padrões. (OLIVEIRA, 2019b).

Documentos como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira* (Lei nº 9394/96) e os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) trazem diretrizes educacionais que abordam o respeito à diversidade humana, posicionando-se “contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais” (BRASIL, 1998, p. 7). A *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), na área de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental, traz a importância da valorização da “crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder”, favorecendo “não só o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais

responsável no mundo em que vivem” (BRASIL, 2017, pp. 353-354). Para isso, propõe competências específicas ao ensino de História, como “identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2017, p. 402).

No âmbito do Distrito Federal, o *Currículo em Movimento da Educação Básica*, ao propor o trabalho com eixos transversais no Ensino Fundamental, visando a “educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 14) também enfatiza a importância de se trabalhar temas que abordam a criticidade e autonomia do aluno. Acerca do ensino de História para o Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), define-se que o

presente e passado mantêm uma relação recíproca na medida em que as representações do passado auxiliam na compreensão do presente, assim como o presente estabelece aquilo que será estudado do passado. [...] Parte dos levantamentos, escolhas (inclusões e exclusões), análises das mais diversas fontes como, por exemplo, de documentos (orais, escritos, iconográficos, materiais, imateriais) e de registros/vestigios das mais diversas naturezas. [...] A interpretação desses documentos, registros e memórias fomenta a análise crítica de docentes e discentes [...] sendo fundamental na interpretação da própria vida e do mundo que cerca a todos (DISTRITO FEDERAL, 2018, pp. 277-278).

Com base nesses documentos norteadores, reforça-se a importância de construir currículos visando o respeito às diversidades humanas, direitos humanos e a construção crítica de políticas de memórias sociais e identidades, apresentando possibilidades de narrativas históricas a fim de que ele possa exercer transformações sociais que o cercam.

Os livros didáticos enquanto tecnologias sociais de gênero têm o duplo papel de auxiliar tanto no processo de aprendizagem do aluno enquanto um recurso didático pedagógico de transmissão de conhecimento, como também de elementos que constroem e difundem uma série de sentidos que impregnam nossa percepção do passado através de estereótipos, preconceitos e valores segregadores, pois eles “ainda constituem a principal fonte de irradiação das interpretações e atitudes de professores/as e estudantes brasileiros/as perante o passado.” (OLIVEIRA, 2019a, p. 3). Torna-se relevante então analisar como essas representações, descritas nos livros didáticos transmitidos aos alunos, afetam o processo de criticidade cidadã do aluno.

Ao abordar, por exemplo, os diferentes tipos de violências cometidos contra mulheres (física, sexual, psicológica, material etc.), os livros didáticos do *Programa Nacional dos Livros Didáticos* do ano de 2018 retratam o papel dos homens e mulheres de modo generalizado em vários contextos históricos (OLIVEIRA, 2019a). Ao representar papéis normativos de vítimas e agressores, que ao serem reproduzidos em sala de aula sem uma didática que problematize e desconstrua essa normatização, acaba-se por fixar no aluno padrões de representações de gênero, isto é, de

masculinidade e feminilidade, ao reproduzir apenas o modelo do homem branco dominante e protagonista de múltiplos acontecimentos na história e da mulher submissa, frágil, com pouco ou nenhum protagonismo nessas narrativas.

Oliveira (2019a, p. 10) ao analisar a coleção *História Global*, expõe a maneira como o autor descreve a violência contra mulheres negras escravas no Brasil, onde segundo ele elas “suportariam uma dupla exploração: sexual e econômica” e que, assim, a “escravidão revelaria uma de suas faces mais severas” (COTRIM, 2016 citado por OLIVEIRA, 2019a). Essa violência sexual é descrita como uma “exploração” apenas. Ao silenciar narrativas sobre violências cometidas contra mulheres escravizadas, são reforçados estereótipos sexistas de que o corpo negro “suportaria” tais abusos e violências, principalmente ao não expor narrativas que versam sobre aquelas que não suportaram essas violências.

A violação, de fato, era uma expressão demonstrada pelo domínio econômico dos donos de escravos e pelo controle do capataz sobre as mulheres negras como trabalhadoras. Os especiais abusos assim infligidos sobre as mulheres facilitavam a crueldade da exploração econômica do seu trabalho (DAVIS, 2013, p. 12).

Na coleção *História*, em um texto que versa sobre os primeiros processos abolicionistas ocorridos na Inglaterra no século XIX, uma breve exposição de violência contra uma mulher escrava, seguida por uma legenda que descreve “um senhor joga uma escrava em um tacho fervente de caldo de cana-de-açúcar” (SANTOS *et al*, 2016 citado por OLIVEIRA, 2019a, pp. 10-11), vem acompanhada de um texto destacando o protagonismo do homem branco europeu, intelectual e representante do parlamento britânico como responsável pela extinção do tráfico de escravos na América. Essa representação reforça o modelo eurocentrista ainda bastante presente na historiografia brasileira, banalizando assim a violência cometida contra a mulher, subjetivando o papel dominador do homem e submisso da mulher.

Em suma, ao apagar o protagonismo dos escravos, homens e mulheres, que com muita resistência sempre lutaram pela sua liberdade, cria-se padrões de representações que difundem papéis de submissão, estruturando a percepção de que os homens brancos europeus, uma elite dominante, foram os responsáveis por sua libertação.

Padrões hegemônicos que selecionam, silenciam e negam narrativas e memórias sociais, que não trazem para o educando possibilidades de visões, caminhos e identidades, produzindo valores e preconceitos, devem ser objetos fundamentais de desconstrução por parte do professor em sala de aula. Este é um conceito histórico-didático defendido pela historiadora feminista Navarro-Swain (2014), que propõe o que ela chama de “**histórias do possível**”: trazer memórias de outras visões histórico-sociais que foram intencionalmente selecionadas a fim de perpetuar padrões referenciados anteriormente.

## **Histórias do possível: possibilidades histórico-didáticas**

A escola é uma instituição com enorme capacidade produzir e reproduzir na sociedade padrões e relações de poder. Nesse sentido, torna-se fundamental trabalhar com currículos que trabalhem com uma pedagogia que vise libertar os estudantes desses papéis normativos e reprodutores de visões e narrativas machistas. Navarro-Swain (2014, n.p.) define **histórias do possível** como narrativas

daquilo que ficou oculto pela ideologia patriarcal que nos faz crer em uma diferença sexual hierárquica existente desde o princípio dos tempos. A história do possível é aquela do que aconteceu, deixou vestígios materiais e simbólicos, no entanto foi ignorada, foi considerada impossível. [...] A história do possível é aquela que busca o desconhecido [...].

Indivíduos presentes em sociedades onde valores machistas e patriarcais ainda são presentes, são incapazes muitas vezes de perceber preconceitos de gênero, o que acaba gerando discriminações e violências. A história da educação foi marcada pela dominação de homens brancos heterossexuais, que reproduziam na sociedade relações de poder verticalizadas. Mas é importante lembrar também que essas reproduções não se deram somente através da educação, mas também através de outras instituições como a família por exemplo, onde o contato frequente do educando com a maneira com que se dá a relação entre seus pais, acaba por normalizar nele certos valores, que assim transmite-se para outras gerações.

Para Silva (2012), esses valores não devem ser ignorados, pois constituem experiências da realidade social dos alunos. A vivência constante do estudante com a violência cometida pelo pai contra a mãe, gera uma pedagogia que se não trabalhada, perpetua a ideia de que a mulher deve sempre sofrer violências distintas, tanto na sociedade, como no âmbito do lar. É necessário que se tenha por iniciativa do professor uma intervenção no sentido de mostrar tais violências como algo negativo, que vai contra os direitos humanos, trazendo oportunidades de falas que levam à reflexão e debates acerca do assunto.

A urgência de projetos escolares que desconstruam esses papéis levando em conta a vivência desses estudantes, bem como todo o contexto tanto da comunidade como dos agentes educacionais é extremamente necessária. Apesar de ter havido nos últimos anos uma preocupação com novos caminhos e métodos educacionais, principalmente por parte das legislações brasileiras e a própria comunidade escolar, quando é exposto os protagonismos femininos em determinados movimentos e eventos históricos, quase sempre ainda acontecem de forma tímida e morosa (SILVA, 2012).

Ao escrever sobre os processos abolicionistas do sistema escravagista brasileiro, Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2015), autores da coleção *historiar*, para o 8º ano do ensino fundamental, citam a participação de mulheres nas campanhas abolicionista em apenas uma frase, de forma extremamente comedida, ao falar de Chiquinha Gonzaga. É importante destacar a legenda que se segue:

Chiquinha Gonzaga foi compositora, pianista, regente e apoiadora da causa abolicionista. [...] Participou de festivais artísticos destinados a arrecadar fundos para a compra de liberdade para os escravos. Assim como Chiquinha, algumas mulheres da época procuraram tomar parte em campanhas abolicionistas, como a escritora Maria Firmina dos Reis, a poetisa Maria Amélia de Queirós, a costureira Leonor Porto, que fundou a associação abolicionista Ave Libertas e a escritora Inês Sabino (COTRIM; RODRIGUES, 2015, p. 227).

Apesar de não se aprofundar mais no assunto, é notável a presença dessas mulheres nesta coleção. Nesta edição, o tema da escravidão, ao ser tratado pelo autor de uma forma resumida, traz os processos abolicionistas como tendo iniciado somente no século XIX, não expondo os mais de 300 anos de resistência por parte dos escravos, principalmente a dupla resistência das mulheres: a da escravidão, e a da desigualdade de gênero existente. Ainda que através de séculos de luta e conquistas as mulheres tenham “ganhado” certo espaço e representação que lhes são de direito, ao serem historicizadas muitas das vezes ainda aparecem como inferiores ao sexo masculino. Ainda é perceptível acerca das representações das minorias nas lutas pela abolição, o apagamento da mulher em relação aos cativos homens (MACENA; MUNIZ, 2012)

Essas resistências por parte das mulheres ocorreram das mais diversas formas nos mais diversos espaços desde os primeiros anos da escravidão no Brasil. A sua cultura, a sua religião, a sua língua, a sua identidade; as constantes sabotagens e fugas, quilombos, revoltas, dentre vários outros exemplos. Todos esses constituíram formas de resistência contra o modelo opressor ali vigente, contra a figura do senhor dominante de um sistema perverso e desumano. É importante entender que os cativos, principalmente as mulheres, foram agentes ativos e protagonistas de sua própria história, de sua própria conquista. A história nunca se dá de forma linear e padronizada, de forma factual, pelo contrário, ela está acontecendo ao mesmo tempo em diversos locais, de diversos modos, proporcionando assim diversas visões, experiências e memórias.

Aquiltone, Adelina, Maria Firmina dos Reis, Anastácia, Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Maria Felipa de Oliveira, dentre várias outras. São vários os nomes de mulheres guerreiras que eram resistência ativa contra o sistema perverso escravagista. Zeferina, por exemplo, importante líder do quilombo do Urubu, em Salvador, durante o século XIX, tanto representou uma grande referência para as mulheres escravizadas, como ainda constitui um exemplo para as lutas das mulheres no Brasil. De origem Angolana, foi trazida ainda criança para o Brasil nos seios de sua mãe. Após anos de escravidão, Zeferina funda o quilombo do Urubu, onde era vista como uma rainha guerreira extremamente corajosa. Organizou escravos fugidos e libertos e indígenas, ajudando a plantar neles o sentimento de libertação necessária a todo seu povo. Em dezembro de 1826, em Salvador, Zeferina liderou um levante contra capitães do mato, quando no dia 17 daquele mês eles lançaram um ataque surpresa ao quilombo. Mais de 50 mulheres e homens lutaram, saindo então vitoriosos

(NUNES, 2016). Mesmo após sua morte, Zeferina não perdeu seu espírito libertário, sendo hoje é lembrada como um símbolo de resistência.

Ao resgatar e trazer vozes e propor novas possibilidades de sociedade, percebemos como as mulheres, mesmo vivendo sob regimes de opressão e inferioridade em relação aos homens, ainda eram protagonistas de suas vidas. Resistência, importante destacar, não apenas como uma resposta direta à opressão, mas resistência como uma forma de projeto, projeto esse de uma sociedade igualitária, fraterna, justa, livre, totalmente livre de qualquer tipo de opressão.

Como bem expôs Wollstonecraft (2016), escritora e pensadora iluminista do século XVIII, que ao falar sobre os “raríssimos” casos de protagonismo feminino descritos na história, define ironicamente que “as poucas mulheres extraordinárias que fugiram [...] da órbita prescrita para seu sexo eram espíritos masculinos confinados por engano em estrutura femininas”. Termina então insistindo que essa acentuação da inferioridade feminina se dera unicamente por conta dos homens, que levavam “as mulheres a um patamar quase abaixo das criaturas racionais” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 56).

Fica claro que essa velha história, construída para regular relações verticais de poder, deve ser repensada pelas novas gerações. Com o professor tendo consciência de sua capacidade de semear novas possibilidades pedagógicas com o educando, esse poderá construir novas relações de igualdade em seu contexto social. As visões propostas expostas nesse ensaio podem ser dialogadas com outras visões de outros grupos historicamente marginalizados também. O que de fato é importante lembrar, é que a historicidade da mulher é um campo amplo de estudo que, aplicado em sala de aula com os educandos, tantas relações desiguais ocorridas na história podem ser reparadas e construídas outras mais diversas e inclusivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente ensaio buscou falar sobre o impacto que as representações de gênero difundidas nos livros didáticos de história têm no educando e conseqüentemente na sociedade. Partindo do problema exposto de como se trabalhar no educando essas representações de modo que esses padrões deixem de serem perpetuados, buscou-se refletir acerca de possíveis caminhos para uma educação mais crítica e transformadora.

A partir dessas análises, percebeu-se que as representações de gênero na sociedade são importantes mecanismos de poder que podem moldar as relações nela presente. A escola, enquanto instituição difusora de tais poderes, é importante no sentido em que tem a capacidade de produzir e reproduzir ideias e valores nos educandos, sendo elas libertadoras e transformadoras ou apenas mantenedoras de papéis sociais de opressão e desigualdade entre homens e mulheres.

Os livros didáticos enquanto um recurso pedagógico gratuito e amplamente distribuído, como vimos, tem capacidade de difundir tais elementos que quando não discutidos com o educando, podem contribuir para a democratização desses papéis.

No que se refere aos objetivos específicos, viu-se que é possível trabalhar com o educando reflexões e provocações que façam com que ele, com sua autonomia,

críticidade e capacidade de transformação, possa entender que os acontecimentos e eventos históricos, bem como padrões existentes ainda no presente, são socio culturalmente construídos, intrinsecamente ligados a diversos fatores como grupos sociais, econômicos, étnicos, entres vários outros. Ao propor para o educando a existência desses vários pontos de vista, ele mesmo será capaz de questionar e transformar a realidade que o cerca, ao resgatar memórias sociais de inclusão e diversidade.

Com a análise de alguns livros didáticos percebemos que alguns eventos da história ainda são descritos de maneira que silenciam ou marginalizam, muitas vezes intencionalmente, o protagonismo da mulher. Documentos norteadores da educação brasileira têm tido nos últimos anos uma preocupação crescente com eixos que versam sobre igualdade de gênero, étnicas, religiosas, dentre outras. Nesse sentido, é importante que professores tenham em mente que o ensino de história constitui uma importante ferramenta para o combate de desigualdades estruturais que estiveram e ainda são presentes.

Diante do exposto, percebe-se que trabalhar com histórias do possível é mostrar ao educando que a mudança está justamente em reconhecer e resgatar novas memórias, experiências e caminhos que contribuem para isso. Tendo no educando a mentalidade de protagonismo nesse processo, em conjunto com o professor e a escola com currículos inclusivos, visando a diversidade e priorizando os direitos humanos, um novo projeto de sociedade será possível.

Por fim, conclui-se que esse ensaio é relevante para futuras pesquisas, tanto para a sociedade e para a comunidade escolar, como para acadêmicos e professores em formação. O estudo de gênero é importante porque ainda hoje há abismos sociais entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Mudar a mentalidade dos jovens em período escolar hoje é necessário para que as próximas gerações tenham mentalidades mais tolerantes e menos preconceituosas. Metodologias de ensino inclusivas são fundamentais ao papel de educador para que não seja mais perpetuado na sociedade padrões de representação tão citados nesse ensaio.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: a etapa do ensino fundamental. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília, 1998. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn_5a8_historia.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaimes. **Historiar**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. 352 pp.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Lisboa: Plataforma Gueto, 2013.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria do Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: Ensino Fundamental. Brasília, 2018, 2ª ed. Disponível em:

<[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur\\_mov/4\\_ensino\\_fundamental\\_anos\\_finais.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/4_ensino_fundamental_anos_finais.pdf)> Acesso em: 14 abr. 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MACENA, Fabiana Francisca; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Mulheres e Política**: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2012.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **Histórias feministas, história do possível**. 2014.

Disponível em:

<<http://www.tanianavarrowswain.com.br/chapitres/bresil/historia%20poss%EDvel.htm>> Acesso em: 15 abr. 2021.

NUNES, Davi. **Zeferina: rainha quilombola que lutou contra a escravidão em Salvador-BA**. 2016. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/ela-liderou-um-quilombo-em-meio-a-uma-revolta-e-morreu-ao-defende-lo/>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018)**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e582426, 2019.

\_\_\_\_\_. **Memórias, subjetivação e educação no tempo presente**: como as representações de violência sexual são abordadas nos livros didáticos de história? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 466 - 502, set./dez. 2019.

SILVA, Edlene de Oliveira. **Histórias possíveis: identidades e relações de gênero nas escolas**. *Veredas da História*. Ano V, Edição 2, 2012, p.146-166, ISSN 1982-4238.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.